

HABEAS CORPUS Nº 548.905 - SP (2019/0358347-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ROBSON COUTO
ADVOGADO : ROBSON COUTO - SP303254
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YUR COUTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de YUR COUTO, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito de organização criminosa.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal suportado pelo ora paciente em razão da ausência de indícios suficientes de autoria bem como de fundamentação idônea do decreto prisional.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o breve relatório.

Decido.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, do exame da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tem-se que tal **decisum** estaria suficientemente fundamentado na necessidade de acautelamento da ordem pública, notadamente se considerado os indícios de que o ora paciente integra organização criminosa, com clara divisão de tarefas, *"de maneira ordenada, com grande estrutura, sendo verificado durante as investigações o registro de diversos furtos, praticados reiteradamente em*

diversas cidades do Estado de São Paulo. Há, pois fumus júris para se decretar a prisão preventiva, diante da extrema gravidade dos crime imputados aos réus, os quais trazem para a coletividade um grande temor e intranquilidade. A prisão cautelar também se justifica como garantia da instrução criminal, bem como para garantia da aplicação da Lei Penal, uma vez que o comércio de combustíveis movimento vultosa quantia em dinheiro motivo pelo qual a soltura dos acusados permitiria a estes evadirem-se para fugir da responsabilização pelos crimes praticados. Ainda, a custódia mostra-se necessária para resguardar a aplicação da lei penal, eis que o crime em exame está diretamente relacionado a delitos graves, como o roubo de carga. Tem-se observado na jurisprudência que "a periculosidade dos réus, evidenciada pelas circunstâncias em que os delitos foram cometidos, basta, por si só, para embasar a custódia cautelar, no resguardo da ordem pública e mesmo por conveniência da instrução criminal" (fl. 94).

Como cediço, "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Ministra **Cármem Lúcia, DJe de 20/2/2009, grifei), como na hipótese.**

Não verifico, pois, a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau.

Abra-se vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator